

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Guilherme Souza Galindo da Silva

**COMO AS MISSÕES DE PAZ EXECUTADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO
INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**Resende
2020**

Guilherme Souza Galindo da Silva

**COMO AS MISSÕES DE PAZ EXECUTADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO
INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Matheus de Souza Nepomuceno

Resende
2020

Guilherme Souza Galindo da Silva

**COMO AS MISSÕES DE PAZ EXECUTADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO
INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em ____ de _____ de 2020:

Banca examinadora:

Ricardo Alexandre da Silva, Tenente-coronel

Matheus de Souza Nepomuceno, 1º Tenente

Romero Alves de Sousa Gomes, 1º Tenente

Resende
2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, que me incentivaram e acreditaram no meu potencial, mesmo antes de ter passado no concurso, e por terem me apoiado e compreendido todos os momentos difíceis que passei durante o período de formação.

À minha noiva, por ter ficado sempre ao meu lado me motivando a dar cada vez meu melhor em cada atividade militar, curso ou estágio. Por também estar presente em muitos momentos em que minha família não pôde, sendo assim, a representação de todos familiares nessas atividades.

Aos meus companheiros da turma 150 anos da Campanha da Tríplice Aliança, que ombream e superaram comigo cada momento difícil que passamos durante todos esses cinco anos de formação. As amizades que foram forjadas em momentos como os que passamos na Academia Militar, com certeza, serão levadas por toda vida.

Ao 1º Tenente Nepomuceno que me orientou, ensinou e ajudou com o Trabalho de Conclusão de Curso, permitindo, assim, que eu pudesse expor meus conhecimentos e pesquisas da melhor maneira possível.

E principalmente à Deus, por me proporcionar a grata satisfação de poder realizar um sonho que era entrar e cursar a Academia Militar das Agulhas Negras e também por me dar forças e as capacidades necessárias para a conclusão do curso, dando início a carreira de Oficial do Exército Brasileiro.

RESUMO

COMO AS MISSÕES DE PAZ EXECUTADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

AUTOR: Guilherme Souza Galindo da Silva
ORIENTADOR: Matheus de Souza Nepomuceno

Com a globalização e aumento das tensões mundiais, as Operações de Paz estão sendo empregadas com uma maior frequência pela ONU, portanto, quem de certa forma influencia nessas Operações, dita o rumo dos principais conflitos a nível mundial. Este trabalho apresenta uma análise de questões políticas, econômicas e militares que levam o Brasil a participar de missões como essas, e como essa participação influencia em fatores que direta e indiretamente contribuem para o desenvolvimento nacional. A pesquisa baseia-se na bibliografia documental de forma a reunir dados numéricos e relatos de militares que participaram de Missões de Paz. A partir dessa análise, podemos concluir que ocorre um deslocamento de recursos por parte dos Países-membros e emprego de efetivos para serem empregados em território externo, porém as vantagens são ainda maiores, com a participação em decisões no nível estratégico das Operações há um aumento da projeção internacional do país e na questão militar cresce de importância a aquisição de experiências em conflitos reais que é pouco vivida por tropas do Exército Brasileiro, ocorrendo a adaptação do que é aprendido com essa vivência, para o emprego dessas tropas em nosso território, contribuindo também na segurança nacional.

Palavras-chave: Tensões mundiais. Operações de Paz. Projeção Internacional. Segurança Nacional.

ABSTRACT

HOW PEACEKEEPING MISSIONS CARRIED OUT BY THE BRAZILIAN ARMY INFLUENCE NATIONAL DEVELOPMENT

AUTHOR: Guilherme Souza Galindo da Silva

ADVISOR: Matheus de Souza Nepomuceno

With globalization and increased world tensions, Peace Operations are being used more frequently by the UN, so whoever in some way influences these Operations, dictates the direction of major conflicts worldwide. This paper presents an analysis of political, economic and military issues that lead Brazil to participate in missions like these, and how this participation influences factors that directly and indirectly contribute to national development. The research is based on the documentary bibliography in order to gather numerical data and reports from military personnel who participated in Peace Missions. From this analysis, we can conclude that there is a displacement of resources by the member countries and the use of personnel to be employees in foreign territory, but the advantages are even greater, with the participation in decisions at the strategic level of Operations there is an increase in the international projection of the country and in the military issue, the acquisition of experiences in real conflicts that is little experienced by troops is growing in importance of the Brazilian Army, with the adaptation of what is learned from this experience, for the use of these troops in our territory, also contributing to national security.

Keywords: Worldwide tensions. Peacekeeping Operations. International Projection. National security.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais características dos tipos de operações de paz.....	17
Tabela 2 - Responsabilidades pelas despesas de maior vulto.....	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião do Conselho de Segurança da ONU.....	12
Figura 2 - Bandeira das Nações Unidas.....	14
Figura 3 – Processo normal de emprego das operações de paz.....	17
Figura 4 - Militares do EB no Haiti.....	19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo geral	11
1.1.2	Objetivos específicos	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	12
2.2	POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND)	14
2.3	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)	15
2.4	OPERAÇÕES DE PAZ	16
2.5	HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DO EB EM MISSÕES DE PAZ	18
2.6	QUESTÃO POLÍTICA	19
2.7	QUESTÃO ECONÔMICA	20
2.8	QUESTÃO MILITAR	21
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	24
3.1	TIPO DE PESQUISA	24
3.2	MÉTODOS	24
3.2.1	Coleta de informações	24
3.2.2	Avaliação das informações	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas (FA), segundo a Constituição Nacional, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O Exército Brasileiro (EB) baseado em seus pilares: hierarquia e disciplina, atua como alicerce da soberania do país tanto externamente quanto no interior de suas fronteiras.

Sabe-se que a destruição causada pelas Guerras Mundiais causou impactos difíceis de serem mensurados para a população mundial, com isso, foram criados mecanismos com o intuito de evitar que algum conflito de tal proporção aconteça novamente. Após a Primeira Guerra Mundial, foi criada a Liga das Nações, que devido à ausência de mecanismos de imposição de força, o que ficou conhecido como “*thothless*”, não obteve êxito na manutenção da paz mundial. Dentro de alguns anos ocorreu a Segunda Grande Guerra que por conseguinte, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), órgão que até hoje atua como a principal ferramenta de estabilização de conflitos e de apoio humanitário no âmbito de seus países-membros (193 países).

As discórdias, as oposições, as rivalidades, os egoísmos nacionais são uma constante da História do mundo. Mas a experiência das duas grandes guerras deste século, revelou-nos não só o carácter planetário que os confrontos assumiram mas também a capacidade de destruição das armas modernas. Da consciência destas realidades nasceu a convicção de que se impunha criar um sistema internacional que procurasse assegurar, a nível global, a manutenção da paz e da estabilidade coletiva entre os Estados, bem como garantir o progresso social da humanidade. Verificado o fracasso da Sociedade das Nações Unidas, é ainda durante a Segunda Grande Guerra que se iniciam os trabalhos de redacção da Carta da Organização das Nações Unidas. (MATHIAS, 2017, p.2).

O Brasil, por ser um dos membros fundadores das Nações Unidas, tem participado de diversas missões de paz, tendo início em 1947, quando foram enviados observadores militares para os Balcãs, desde então, os efetivos empregados em missões foram aumentando e até hoje, já foram empregadas tropas em países como o Haiti, Líbano, República Centro Africana, República Democrática do Congo, entre outros. É perceptível que toda essa experiência obtida traz um aumento considerável da participação de militares brasileiros em cargos de coordenação e controle, tornando assim, sua presença cada vez mais significativa no contexto internacional.

Porém, até que ponto essa grande participação em missões internacionais e o deslocamento de tropas que estariam atuando na defesa nacional realmente é vantajosa? Nosso país passa por uma crise em diversos setores de relevância nacional, como na saúde, segurança,

economia e estaríamos empregando grande parte de nossos recursos humanos e financeiros em prol de outra Nação.

A criação da ONU representou um esforço para estabelecer os instrumentos e criar os mecanismos de um sistema de relações internacionais que fosse, na medida do possível, disciplinador, e pudesse dar à comunidade internacional a consciência de um destino coletivo, assente na noção da indivisibilidade da paz, que a todos envolveria e a todos responsabilizaria na defesa dos interesses comuns de estabilidade e de desenvolvimento. (MATHIAS, 2017, p.2).

Tendo em vista os assuntos problematizados anteriormente, este trabalho tem como objetivo expor os principais aspectos positivos e negativos que temos como consequência do emprego da Força Terrestre em missões desse tipo e como isso pode contribuir ou prejudicar o desenvolvimento nacional.

Para alcançar os objetivos citados, o trabalho ficou estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, falaremos acerca da necessidade de criação da ONU, como isso ocorreu e seus princípios de funcionamento, no segundo e terceiro capítulo será abordado sobre a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), respectivamente, ao qual serão apresentados os objetivos da Defesa Nacional e quais estratégias o Brasil adota para alcançá-los. No quarto e quinto capítulo, mostraremos os possíveis tipos de Operações de Paz existentes e como elas se complementam, sendo exposto também, um histórico da participação de tropas brasileiras nessas missões e o aumento de relevância dessa participação. Após isso, nos capítulos seguintes, será feita uma análise do ponto de vista político, econômico e militar, que acabando tornando essas Operações de Paz viável para o país.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Apresentar uma análise política, econômica e militar da participação do Exército Brasileiro nas missões de paz e como isso pode contribuir para o desenvolvimento nacional.

1.1.2 Objetivos específicos

Apresentar o órgão responsável pela manutenção da paz mundial e suas atribuições.

Descrever como classificam-se as Operações de Paz.

Mostrar o histórico da participação do Exército em missões de paz.

Apresentar as questões políticas, econômicas e militares relacionadas ao emprego das tropas brasileiras nessas missões.

Apresentar as consequências da participação do Exército Brasileiro em Missões de Paz.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A necessidade da paz mundial tornou-se evidente após 1945, quando a execução da Guerra deixou de ser uma opção legal. Ficou nítida a necessidade do aumento das ações de coletividade dos países para impedir novas tragédias, a partir disso, a segurança de um país deixou de ser assunto apenas dele e tornou-se relevante a todos (RODRIGUES, 2013).

Com os danos quase que irreparáveis causados pela segunda grande guerra, foi gerado um sentimento em quase que toda população mundial, da necessidade de criação de métodos eficientes para a manutenção da paz entre os países. A partir daí, representantes de 50 países se reuniram em São Francisco no ano de 1945 e foi elaborada a Carta das Nações Unidas (ONU, 2017a).

Todo país tem o direito, caso queira, de tornar-se membro das Nações Unidas, porém terão que cumprir todos os termos presentes na Carta, que já foram implementados pelos membros fundadores. Hoje, a ONU conta com 193 Países-membros (ONU, 2017b).

Devido à grande demanda mundial, a ONU estruturou-se da seguinte forma: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado (ONU, 2017c).

Figura 1 - Reunião do Conselho de Segurança da ONU



Fonte: <http://www.rfi.fr/pt/mundo/20171209-conselho-de-seguranca-da-onu-versus-estados-unidos> (2017)

Dos seis órgãos previstos na Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o único que tem poder decisório. Ele é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China) que podem vetar qualquer ordem que esteja sendo discutida pelo Conselho, e dez não-permanentes eleitos pela Assembleia Geral a cada dois anos. (ONU, 2017d).

Segundo Silva (2015), o Conselho de Segurança possui algumas medidas que podem ser utilizadas quando a paz for ameaçada, ou qualquer outro ato de agressão aos países participantes da ONU. Essas medidas estão previstas nos Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas, descritas a seguir:

As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. (ONU, 1945, p.25).

O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias. (ONU, 1945, p.25).

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas. (ONU, 1945, p.30).

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. (ONU, 1945, p.30).

Buscando a isonomia entre os Países-membros, a Carta define que todos os países devem cumprir as obrigações assumidas e, caso haja conflitos, deverão ser resolvidos de forma pacífica para que a paz, segurança e justiça internacional não seja ameaçada. Além dos acordos que são realizados, a ONU também visa aumentar a relação amistosa entre todos países como forma de estimular a paz mundial (ONU, 1945).

Como está descrito no artigo 1º da Carta das Nações Unidas (1945), ela tem por objetivo manter a paz e a segurança internacional, o Brasil por ser um membro fundador, assim como todos os outros, deve aprovisionar as necessidades desse Organismo Internacional, descrito em seu artigo 2º.

Figura 2 - Bandeira das Nações Unidas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas (2020)

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND)

A PND descreve os objetivos da Defesa Nacional e guia o Estado acerca do que fazer para alcançar esses objetivos. Este documento baseia-se principalmente no combate à ameaças externas coordenando todas as esferas (sejam elas civil ou militar) que serão responsáveis pelas atribuições de Defesa do país.

Segundo a PND (2012, p.12), a Defesa Nacional está assim definida: “É o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

A segurança, que antes era vista ameaçada apenas no embate entre os países, em seu conceito atualizado, também deve ser buscada nos campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros (BRASIL, 2012b).

Este documento que reúne o planejamento em mais alto escalão nos assuntos relevantes ao Ministério da Defesa, e nela também estão descritos os Objetivos Nacionais de Defesa a seguir:

- I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

- III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
 - IV. contribuir para a estabilidade regional;
 - V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
 - VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
 - VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
 - VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;
 - IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;
 - X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e
 - XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.
- (BRASIL, 2012b, p.29).

2.3 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)

A END define o como fazer o que foi estabelecido pela PND, preparando as Forças Armadas para a segurança do país tanto em tempos de paz, quanto de crise. Segundo a END (2012), o Brasil é um país pacífico por tradição e, em suas relações internacionais, deve buscar sempre a democracia e a solução harmônica dos conflitos.

A projeção internacional do país também pode ser vista como objetivo que o Brasil busca alcançar com a utilização de suas Forças Armadas. Na END do Brasil está assim descrito:

A presente Estratégia Nacional de Defesa trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ao propiciar a execução da Política Nacional de Defesa com uma orientação sistemática e com medidas de implementação, a Estratégia Nacional de Defesa contribuirá para fortalecer o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo. (BRASIL, 2012a, p.42).

A END, buscando alcançar seus objetivos, tem direcionado suas atividades baseando-se nos quatro principais eixos descritos a seguir:

- I - Como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra;
- II - A reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil);
- III - A composição dos efetivos das Forças Armadas;

IV - O futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade das Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais. (MINISTÉRIO, 2012).

2.4 OPERAÇÕES DE PAZ

O amparo legal que permite a participação do Brasil em Missões de Paz está previsto no artigo 4º da Constituição Federal (1988), que regulamenta os princípios básicos que são buscados em missões como esta.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político. (BRASIL, 2017, p.15).

As missões de paz variam de acordo com diversos fatores, tais como o consentimento da participação de organismos externos por parte dos países em litígio, se o conflito já teve início ou ainda está em fase de negociação, conforme também o grau de violência dos países conflitantes, entre outros (BRASIL, 2013). Por isso, classificam-se como está descrito a seguir:

As operações de promoção da paz ou peacemaking operations (PMO) são medidas tomadas após o conflito ter iniciado, com o intuito de intervir de forma aos países rivais chegarem a um acordo comum (BRASIL, 2013).

As operações de manutenção da paz ou peacekeeping operations (PKO) ocorrem com o consentimento das partes envolvidas utilizando-se de mecanismos para impor ou manter as formas de manutenção da paz, como por exemplo, o monitoramento dos termos do acordo, cessar-fogo, separação de forças, desmobilização de tropas, etc.; e também visando a solução desses conflitos (BRASIL, 2013).

A imposição da paz ou peace enforcement operations (PEO) já são medidas mais rígidas para a obtenção da paz que ocorrem quando uma das partes não é favorável a presença de tropas externas a seus países (BRASIL, 2013).

Consolidação da paz ou peace building operations (PBO) busca a reconciliação e reestruturação, por meios de acordos, dos países em litígio. Geralmente inicia-se antes de ser

estabelecido um acordo de paz, objetivando a diminuição gradativa dos meios coercitivos (BRASIL, 2013).

Tabela 1 – Principais características dos tipos de operações de paz

Tipo	Finalidade	Modo de Atuação
Diplomacia Preventiva (<i>Preventive Diplomacy</i>)	Contenção de disputas específicas, além de casos de ameaças emergentes à ordem internacional e/ou de impedir que essas ações se transformem em conflitos armados.	Os meios disponíveis são os previstos no artigo 33, do Capítulo VI da Carta
Promoção da Paz (<i>Peacemaking - PMO</i>)	Resolver o conflito armado uma vez que este já está iniciado. Obter acordo de paz	Métodos empregados são os mesmos previstos no Capítulo VI da Carta.
Manutenção da Paz (<i>Peacekeeping - PKO</i>)	Implementação de acordos de paz realizados pelas partes envolvidas no conflito.	Emprego de forças militares ou de policiais e, frequentemente, também de civis. "Capítulo VII com consentimento".
Imposição da Paz (<i>Peace Enforcement - PEO</i>)	Ameaças à paz, rupturas da paz e atos de agressão. Também para coibir genocídios (ações humanitárias)	Capacidade de responder de forma decisiva e efetiva, com o emprego de força militar, se assim necessário. Cap. VII da Carta.
Consolidação da Paz (<i>Peacebuilding - PBO</i>)	Fortalecimento da reconciliação nacional / reconstrução das instituições, economia e da infraestrutura.	Emprego maciço de programas, fundos e agências da ONU, com ou sem apoio militar.

Fonte: (ACADEMIA..., 2019, p.129)

Os tipos de Operações de Paz que foram descritos anteriormente (promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz) possuem características particulares, porém, como será visto na figura a seguir, em quase que na totalidade dos casos ocorre de forma simultânea e até mesmo complementar.

Figura 3 – Processo normal de emprego das operações de paz



Fonte: (ACADEMIA..., 2019, p.130)

2.5 HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DO EB EM MISSÕES DE PAZ

A primeira participação do Brasil em uma Missão de Paz ocorreu em 1948 quando três oficiais foram enviados para desempenharem a função de observadores militares no sudeste da Europa, região também conhecida como Balcãs. A partir daí, já foram desempenhadas mais de 70 missões em todo mundo, contando cada vez com mais investimentos (MARTINS, 2015).

Em 1957, ocorreu a primeira participação em que foram enviadas tropas para complementar a Força de Emergência das Nações Unidas, foram empregados cerca de 600 militares em 10 anos de atuação. Em 1989, enviou militares para supervisionarem a retirada de soldados cubanos da Angola. Também enviou observadores militares para Moçambique com a missão de acompanhar o cessar-fogo na região no ano de 1992. Essas foram exemplos de algumas missões que o Brasil vinha sendo empregado de forma a ocupar cargos mais táticos e menos estratégicos (MARTINS, 2015).

O Brasil contribui à: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSTAH (Haiti); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNISFA (Abyei); UNMIL (Libéria); UNMISS (Sudão do Sul); UNOCI (Côte d'Ivoire), adquirindo maior reconhecimento pela missão no Haiti –MINUSTAH-, a qual o Brasil assumiu a coordenação e o comando das forças militares em 2004; a partir, de 2010, o Estado aumentou o envio de tropas ao Haiti, quando foi atingido por um terremoto. (SCHREITER *et al.*, 2017, p.7).

Nas primeiras missões, as próprias tropas realizavam seus adestramentos, porém, percebeu-se a necessidade da padronização das técnicas de emprego da tropa e, por isso, foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). O CCOPAB está subordinado ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e além da missão de adestrar os contingentes que serão empregados, também contribuem no campo das pesquisas e no desenvolvimento de novas técnicas que poderão ser utilizadas no futuro. A criação desse Centro resultou numa melhora significativa no desempenho dos brasileiros em Operações de Paz, visto que as instruções e adestramento eram ministradas por militares com grande experiência em missões desse tipo (CENTRO, 2006).

Com essas experiências citadas anteriormente, percebe-se a diferença do emprego das tropas brasileiras antes da MINUSTAH e pós MINUSTAH. Antes, o Brasil apenas enviava basicamente observadores militares, oficiais de ligação e, após o bom papel desempenhado durante essa missão, os contingentes passaram a ser cada vez maiores, além de ocuparmos

cargos em níveis estratégicos, aumentando assim, sua influência no planejamento e execução das missões (MARTINS, 2015).

Figura 4 - Militares do EB no Haiti



Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml> (2017)

2.6 QUESTÃO POLÍTICA

Para que seja analisada e decretada a participação de militares brasileiros em uma Operação de Paz, nosso país necessita de um trabalho combinado e conjunto do Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Ministério das Relações Exteriores, Presidência da República e Congresso Nacional, por isso, fica evidenciada o grau de importância que este tema tem sobre o país e as grandes consequências que podem acontecer devido a um mau planejamento (ROMÃO, 2012).

Mesmo que a projeção obtida pela participação do meio militar na comunidade internacional seja alta, não podemos esquecer da relevância de outros setores nacionais também, como na economia, gerada pela participação do país no comércio exterior, e na política, participando de organizações internacionais (MACHADO, 2009).

A ONU vem empregando o Exército Brasileiro em diversas missões pelo mundo e os militares têm atendido as expectativas que foram geradas pelo desempenho extremamente positivo que foi obtido ao longo dos anos, motivados sempre pelo espírito de cumprimento de missão, característico dos militares brasileiros, e também pela noção de solidariedade e consciência da necessidade de paz mundial (LIMA, 2017).

O Brasil, como país emergente, vem alcançando um papel cada vez mais influente na comunidade internacional. E nesse contexto, ocupar um cargo importante na Organização das Nações Unidas faz com que a projeção mundial do país cresça ainda mais, visto que as principais potências que compõem esse grupo influenciam países em qualquer parte do globo (GARCIA, 2012).

2.7 QUESTÃO ECONÔMICA

As despesas da Organização são pagas pelos Estados-membros, para haver uma relativa igualdade nessa contribuição, é feito um cálculo baseado nas riquezas que cada país possui e, em paralelo a essa despesa fixa, os Estados também podem realizar doações, porém com recursos não reembolsáveis (ONU, 1945).

Em 2019, o Brasil contribuiu com 2,948% do orçamento regular da ONU (cerca de US\$ 79,6 milhões), passando à posição de 8º maior contribuinte para o orçamento regular, à frente de países como México, Coreia do Sul e Austrália, além da Rússia – membro permanente do Conselho de Segurança. O Brasil é o maior contribuinte da América Latina e o segundo do BRICS (atrás apenas da China). (RELAÇÕES, 2020, on-line).

Devido à grande complexidade das operações de paz, o emprego da tropa e seus custos com equipamentos, alimentação, adestramento, entre outros; devem ser muito bem planejados evitando assim, um gasto desnecessário por parte dos países que se prestam a contribuir para a paz mundial. Entretanto, a ONU, de forma a estimular e melhorar o desempenho de suas tropas, reembolsa esses países, reduzindo assim, os gastos por parte do governo dos mesmos.

O Brasil não possui um bom histórico de pagamento de sua contribuição para a ONU, a dívida externa chegou a R\$ 1,815 bilhão (somando com o banco do BRICS) ao final de 2019. Caso essa dívida não fosse paga, o país perderia o direito ao voto já ao início deste ano, o que causaria uma perda de influência mundial (ECONOMIA, 2019).

Tabela 2 – Responsabilidades pelas despesas de maior vulto

DESPESAS	RESPONSABILIDADES		OBSERVAÇÕES
	GOVERNO BRASILEIRO	ONU (através de reembolso)	
Investimento na compra de equipamentos.	X		
Adaptação de equipamentos aos padrões da ONU.		X	Destina-se a pintura dos equipamentos e colocação do símbolo da ONU.
Formação de estoque inicial para autossustento.		X	De acordo com tabela de reembolso.
Transporte de/para a área de operações.		X	Total, conforme critério da ONU.
Apoio em serviços (SELF SUSTAINMENT).		X	De acordo com tabela de reembolso.
Manutenção de material.		X	De acordo com tabela de reembolso.
Pagamento de pessoal no exterior.	X		
Indenização pelo emprego de cada militar na área de operação.		X	De acordo com o reembolso da ONU a ser destinado ao Governo do País.
Material de consumo / serviço correspondente (alimentação, combustíveis etc.).		X	De acordo com tabela e tipo de reembolso.
Viagens de inspeção, apoio e coordenação.	X		
Transporte de pessoal e material de volta para o Brasil		X	Total, conforme critério da ONU.
Colocação dos equipamentos de volta às suas condições originais (pintura de "vtr" etc.).		X	Total, conforme critério da ONU.

Fonte: (BRASIL, 2013)

2.8 QUESTÃO MILITAR

A Projeção de Poder, que é tão buscada pelas grandes potências mundiais, conforme descrito na Doutrina Militar de Defesa Brasileira (2007), está assim definida:

Desenvolve-se por meio da participação militar além fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao País, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional. (BRASIL, 2007, p.36).

O Exército Brasileiro possui a projeção de poder como estratégia, e uma das formas em que podemos alcançar isso, é através da participação em missões de cunho mundial, que vem sendo realizadas desde as primeiras missões com o envio de Observadores Militares para os Balcãs, mas ganhou ainda maior destaque com a participação na MINUSTAH (BRASIL, 2007).

A busca pela projeção internacional influencia diretamente no preparo da tropa, como está previsto nas orientações da Política Nacional de Defesa (2012):

Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. (BRASIL, 2012b, p.33)

As missões de paz trazem problemas complexos aos militares, por vezes até nunca antes visto, forçando-os a serem empregados em sua plenitude. Além do prestígio obtido por essas participações, também contribui na formação profissional e pessoal do militar, servindo até como estímulo e requisito a possíveis promoções (MARQUES, 2017).

Quanto a disseminação dos aprendizados colhidos pelos militares que já foram empregados em Operações de Paz, o Cel Art Ganimedes da Silva Mergulhão, em seu trabalho de conclusão de curso, diz o seguinte:

Hoje, cerca de 10% do efetivo permanente tem experiência profissional em missão de paz. Este percentual não está concentrado em poucos Comandos Militares, pelo contrário, está presente praticamente em quase todas as organizações militares distribuídas pelo território nacional, tornando assim um vetor de irradiação de conhecimento, apresentando inúmeras vantagens e ensinamentos. (MERGULHÃO, 2018, p.38)

As consequências da experiência obtida na prática, em territórios internacionais, já podem ser vistas nos momentos em que há a necessidade da atuação do Exército em missões de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro, por exemplo. Todo conhecimento traz uma segurança maior aos militares, para que atuem com o rigor necessário para que seja restabelecida a ordem pública (ABDENUR *et al.*, 2017)

A troca de experiências com militares de vários Exércitos do mundo e a oportunidade de poder aplicar e aperfeiçoar as técnicas e tecnologias que são empregadas pelo Exército Brasileiro, contribui no aumento significativo do nosso poder bélico, além de deixar o Brasil mais influente nos principais debates no que diz respeito às questões de segurança mundial (MERGULHÃO, 2018).

Segundo LESSA (2007), essa participação em Missões de Paz, favorece a interação com militares de diversos países, ocasionando uma troca de experiências, aumentando o conhecimento de como outras Forças Armadas também atuam e contribuindo para o

aprimoramento profissional dos militares brasileiros, servindo como motivação para estes militares.

A ausência de inimigos de guerra faz com que ocorra um relaxamento natural da tropa que não é empregada, e essas Operações traz uma realidade que as vezes não é vivida pelos militares do nosso Exército. Portanto, essas participações contribuem na intensificação dos treinamentos e ajuda a manter nossa tropa em estado de prontidão, característica fundamental de uma Força Armada, atendendo a qualquer demanda do país (THEODORO, 2007).

Uma problemática que envolve o emprego das tropas brasileiras em territórios de outras nações é que há um medo da população em estar desperdiçando um grande efetivo operacional em outro país, sendo que, aqui no Brasil, existem tantas possibilidades desse mesmo pessoal ser empregado no combate a violência, mas foi visto que o desempenho de uma atividade não influencia na outra. Em um trabalho apresentado a Associação Brasileira de Ciência Política em 2017, Adriana A. Marques diz o seguinte:

Uma questão importante perpassa todas as análises que discutem a conexão ou a retroalimentação entre a atuação dos militares brasileiros em missões de paz e em missões subsidiárias no Brasil: o maior envolvimento em operações de paz não diminuiu a participação das Forças Armadas em atividades subsidiárias no país como previam os primeiros estudos sobre esta temática, ao invés disso, verificou-se um aumento significativo do emprego das tropas que retornaram do Haiti em operações de Garantia da Lei e da Ordem. (MARQUES, 2017, p.12)

Figura 4 - Militares em treinamento para participar de Missões de Paz



Fonte: <https://fotospublicas.com/no-rio-de-janeiro-exercito-realiza-ate-o-dia-24-de-abril-um-treinamento-com-aproximadamente-850-militares-que-participarao-de-missao-de-paz-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu-no-haiti/> (2015)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de forma a reunir as informações e dados numéricos relativos a participação do Exército Brasileiro em Operações de Paz, ao tomar essas informações como base, foi feita uma análise se essa participação realmente é vantajosa para o nosso país.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Coleta de informações

Todo conteúdo descrito no Trabalho de Conclusão de Curso foi buscado na Biblioteca Digital do Exército (BDEx) em Trabalhos de Conclusão de Cursos (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e de instituições de graduação civil, também foram encontrados referenciais teóricos em manuais do Ministério da Defesa e Carta das Nações Unidas.

3.2.2 Avaliação das informações

Para que seja tomada uma decisão acerca da vantagem ou desvantagem da participação do Exército Brasileiro em missões de paz, cada informação citada no Trabalho de Conclusão de Curso mostrará sua consequência, podendo assim, realizar uma comparação imparcial dos fatos problematizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou trazer uma noção geral de como a ONU trabalha e envolve seus Estados-membros em suas Missões de Paz, mostrar um breve histórico da participação e mudança na forma de emprego das tropas brasileiras nessas missões e explicar os fatos que levam ao Brasil a participar de Operações dessa grandeza.

Vimos em MATHIAS (2017), ficou nítida a real necessidade da criação de um organismo internacional que ficasse responsável por dirigir esforços na busca pela paz mundial, evitando assim, grandes conflitos como os quais ocorreram na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Desde sua criação, a ONU vem trazendo soluções que antes era inimagináveis, evitando conflitos que sem a sua intervenção seriam difíceis de serem evitados e, contribuindo também, na reconstrução política, econômica e social de países que ainda não conseguem realizá-los de forma independente.

Porém, segundo MARTINS (2015), com o breve histórico mostrado neste estudo, é perceptível a mudança da forma com que as tropas brasileiras foram empregadas em Operações de Paz, demonstrando um aumento da confiança da ONU em relação ao emprego de tropas brasileiras. Inicialmente, eram apenas enviados observadores militares, porém, com o aumento do envio de tropas, ficou evidenciado o aumento da projeção internacional do país, alcançando os objetivos da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012a), caracterizando-se pela participação de militares brasileiros em cargos nos níveis estratégicos das Operações, ou seja, uma maior participação do Brasil nas principais decisões na resolução dos conflitos mundiais, fato que deve ser tido como de grande importância, visto que as principais potências do globo acabam sempre influenciando nas decisões da ONU.

Do ponto de vista financeiro, podemos perceber que alguns recursos são reembolsáveis, porém os Países-membros contribuem proporcionalmente com as riquezas que possuem e esses recursos não retornam de forma líquida ao país (ONU, 1945). O Brasil por ser um país emergente oferece uma pequena contribuição se comparado às potências mundiais, porém, acaba tendo as mesmas vantagens dessas potências, que seria a garantia da participação em um Organismo Internacional que busca a paz entre as nações, evitando possíveis Guerras como ocorreu no passado e o aumento de sua projeção internacional.

Na questão militar o ganho ainda é maior, THEODORO (2007) fala que a ausência de participações em conflitos trazem um relaxamento natural às tropas brasileiras, alterando a noção do principal foco de uma Força Armada que deveria ser a defesa de seu território e de questões externas para operações do tipo polícia e questões internas. Já MERGULHÃO (2018),

reconhece que os militares empregados nessas missões acabam adquirindo uma vasta experiência de combate e, ao retornarem, além do crescimento pessoal e realização profissional, replicam o que foi aprendido nas operações dentro do nosso território, contribuindo assim, na resolução de conflitos internos. Podemos perceber essa satisfação pessoal nas palavras da major Luanda Bastos que cumpriu um ano de trabalho voluntário no oeste do Sudão entre 2017 e 2018: "Valia a pena estar lá porque estava fazendo um trabalho que contribuiu para algo maior. Hoje me traz satisfação e orgulho"; e também da major Danielle Lara: "Basicamente a gente sai da nossa vida naquele ano e começa a refletir sobre tudo que aconteceu. Reflete valores, olha ao redor e começa a dar valor as pequenas coisas".

Portanto, o trabalho mostra que a participação do país em Operações de Paz contribui para o desenvolvimento nacional tanto no campo político, quanto no militar. Proporciona uma maior influência do Brasil no cenário mundial, e os gastos que temos com a contribuição financeira para a ONU é relativamente pequeno se comparado ao que é gasto pelas potências mundiais, e que acaba sendo compensado pelas vantagens que obtemos ao ter uma tropa adestrada participando dessas missões e replicando os conhecimentos obtidos a milhares de outros militares que não tiveram a oportunidade de participar de conflitos reais.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. et al. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 2017.
- ACADEMIA Militar das Agulhas Negras. **Apostila de Relações Internacionais**. Resende: Editora Acadêmica, 2019.
- ANDRADE, Israel de O.; HAMANN, Eduarda P.; SOARES, Matheus A. **A participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: Evolução, desafios e oportunidades**. Brasília-DF, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 97/2017**. Brasília-DF, 2017.
- _____. Ministério da Defesa. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília-DF: EGGCF, 2013.
- _____. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília-DF, 2007.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2012a.
- _____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2012b.
- CENTRO Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). **Sobre o CCOPAB**, 2006. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- DIAS, Alfredo José Ferreira. **A Participação das Forças Armadas no Haiti, pós Terremoto 2010**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra-ESG, 2011.
- ECONOMIA, UOL. **Brasil pagará dívida de R\$ 1,815 bi com ONU e banco do Brics até o fim do ano**. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/12/12/pais-paga-divida-com-onu-e-banco-do-brics.htm>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- GARCIA, Luciano Bortoluzzi. **A Contribuição da Estratégia Nacional de Defesa para a projeção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2012.
- LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Rio de Janeiro-RJ, 2007.
- LIMA, Moacir Mendonça. **A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, no pós-terremoto: contribuições para a**

projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2017.

MACHADO, Jonny Ferreira. **A atuação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti colaborando para a projeção do Poder Nacional.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2009.

MARQUES, Adriana A. **A participação brasileira em Operações de Paz e seus reflexos para as relações civis-militares no país.** Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais e Defesa-IRID, 2017.

MARTINS, Elias Rodrigues. **A Participação do Brasil nas Forças de Paz da ONU: Situação Atual e Perspectivas Futuras.** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra-ESG, 2015.

MATHIAS, Leonardo. **Nação e Defesa: A ONU e a nova ordem internacional.** Washington, D.C.: Embaixada Portuguesa, 2017.

MERGULHÃO, Ganimedes da Silva. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2018.

MINISTÉRIO da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 31 maio 2020

ONU, Nações Unidas no Brasil – ONUBr. **A história da Organização.** 2017a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Países-membros da ONU.** 2017b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Como funciona.** 2017c. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Como funciona.** 2017d. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/#verticalTab4>. Acesso em: 02 out. 2019.

ONU, Carta das Nações Unidas. **Propósitos e Princípios.** Rio de Janeiro: UNIC RIO, 1945.

RELAÇÕES Exteriores. **Temas orçamentários e administrativos da ONU.** 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/139-temas-orcamentarios-e-administrativos-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 19 maio 2020

ROMÃO, Cesar Henrique. **A Coordenação Civil-Militar na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2012.

RODRIGUES, T. **Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial**. São Paulo-SP, 2013.

SCHREITER, G. et al. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil**. Brasília: Centro Universitário do Distrito Federal-UDF, 2017.

SILVA, Fábio de Souza. **Os reflexos, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro em Operações de Paz**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2015.

THEODORO, Julio Cezar. **Emprego das Forças Armadas do Brasil em Operações de Paz**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME, 2007.